

Mem 87

049/87

Ives Gandra da Silva Martins

UM PROJETO PARA O BRASIL

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,  
Professor Titular de Direito Econômico  
da Faculdade de Direito da Universidade  
Mackenzie e Presidente da Academia Internacional  
de Direito e Economia.

Outra noite, recebi a visita de Dom Luciano de Almeida em minha casa, trazido por Pacheco e Silva e outros amigos. Conversamos longamente sobre os problemas econômicos e sociais do país, estes últimos marcadamente influenciando o santo pastor de almas, que dorme pouco e não deixa de socorrer cada pessoa que o procura, a qualquer hora do dia ou da noite.

Procurei mostrar a Dom Luciano que os problemas sociais decorrem dos problemas econômicos e que é impossível solucionar aqueles sem solucionar estes.

No Brasil, nunca se falou tanto no social, principalmente depois do advento da Nova República e, exatamente graças ao advento da Nova República, nunca os desníveis cresceram tanto, nunca o desenvolvimento nacional ficou tão estagnado, nunca se comprometeu tanto o futuro do país, nunca houve tão poucos investimentos, nunca os salários foram tão achatados, nunca os empresários tão confiscados em termos de preços, inflação e tributos, como agora.

A Nova República é uma verdadeira casa de tolerância para os desperdícios públicos e um campo de concentração para empregados e empresários, transferindo os recursos que estes produzem, com suor e lágrimas, para que a máquina estatal possa desperdiçá-los, com sorrisos e festas.

O lucro na Nova República -apesar de ser o único móvel de todas as economias que deram certo, permitindo a solução dos principais problemas sociais dos países desenvolvidos- é visto como crime de lesa

0835- 10.11.87

.2.

pátria, de tal forma que sempre que alguém o consegue, com muito esforço nos dias atuais, mister se faz transferi-lo, pela técnica da imposição fiscal, para os cofres perdulários do Erário.

Pune a Nova República a eficiência e premia a incompetência, elevando sistematicamente a carga tributária, sem nunca reduzir o tamanho inoperante de seu complexo administrativo, nem os favores à administração direta não concursada ou à administração indireta improdutiva.

À evidência, se quem trabalha não pode ficar com o que ganha para reinvestir e quem não é eficiente mantém sua ineficiência apropriando-se dos resultados de quem trabalha (empregados e empresários), o desestímulo ao investimento e à produção tornam-se inequívocos, com sensível redução do desenvolvimento econômico, geração de empregos e possibilidade de combate à miséria.

A miséria não se combate com a supressão dos que podem acelerar o processo econômico. A miséria não se combate com a eliminação dos ricos, mas com o investimento dos ricos que criam oportunidades para que a miséria seja combatida, reduzida e eliminada.

A supressão dos ricos, leva à legião dos miseráveis, mas miseráveis sem esperança de solução de seus problemas, pois o país fica sem competitividade internacional, sem investimentos e sem empresas capazes de empregar empregados. E o Estado é tradicionalmente um mau empresário, em todos os espaços geográficos e em todos os períodos históricos.

O Brasil é um país excepcionalmente viável. Tem, todavia, um governo inviável, que não combate as causas dos problemas fundamentais, mas algumas de suas consequências, e sempre de forma inadequada.

Quando se fala, no Governo, em distribuição de renda, deve-se ler redução da capacidade de investimento privado e aumento das disponibilidades políticas para acordos, favores e desperícios.

Roberto Campos, de forma gráfica, declara que a diferença entre os regimes socialistas e capitalistas é de que nos regimes socialistas os

nenhuma

.3.

ideais são melhores que os resultados e nos capitalistas os resultados são melhores que os ideais.

O lucro gera reinvestimentos. O liberalismo econômico necessita de mercados cada vez maiores e a geração de mercados gera mais empregos e mais direitos sociais.

Esta é a razão do sucesso das "pouco idealistas" economias capitalistas e o fracasso das "idealistas" economias socialistas.

Em uma economia preconceituosa em relação ao capital privado, nacional e estrangeiro, não há investimentos e, por mais que se teorize o amor ao social, pratica-se a miséria.

Em uma economia aberta, mesmo que não se fale no social, o social ~~será~~ melhor tratado e a miséria melhor combatida pela necessidade elementar de criação de mercados, sempre maiores e mais sofisticados.

O Brasil é um país viável e bastaria o Governo ter vontade de mudar a tonalidade de seu discurso para que os investimentos voltassem. Precisaria, paralelamente, prestigiar um Ministro de Economia, que não fosse político e nem quisesse ser ministro -conheço pelo menos 4 cidadãos que preenchem tal perfil- levado contra a sua vontade para o cargo e que não tivesse a menor preocupação <sup>em</sup> de agradar qualquer político ou amigo, mas apenas à pátria. Um Ministro que tivesse carta branca por 2 anos para: a) criar um Banco Central autônomo, independente, com diretoria não demissível e com mandato certo e não coincidente com os chefes do Executivo; b) manter uma burocracia profissionalizada, formalizando real carreira administrativa, com concursos, prescindindo de todos funcionários não concursados e sem funções, visto que a Constituição não garante senão os funcionários concursados e os não concursados de notória especialização; c) eliminar empresas estatais inúteis não absorvíveis pela iniciativa privada ou privatizar as privatizáveis; d) atrair os capitais privados nacionais e internacionais, ofertando redução do imposto de renda para as empresas que se comprometessem a ter seus preços mantidos abaixo da inflação, num congelamento opcional pelas leis de mercado e fiscalizar rigidamente o "deficit" público, principalmente aquele gerado por mero clientelismo político; e) reduzir, rápida e sensivelmente, os subsídios de todas as espécies; f)

## Ives Gandra da Silva Martins

.4.

ofertar, em troca, o preço de mercado, com controles sugeridos e não impostos; g) fazer reforma agrária apenas por reforma tributária, com imposição desestimuladora às terras improdutivas e utilização das terras devolutas, estimulando-se o investimento no campo.

Uma política, portanto, de austeridade administrativa, sem artificialismos, com punição à administração ineficiente e premiação à iniciativa privada produtiva, fatalmente geraria a recuperação do país, num período de 2 anos.

O que expus ao devotado servidor do Senhor resolvi trazer aos leitores da "Folha", posto que, nos últimos tempos, as paixões políticas e a falta de vontade e serenidade para se ver a realidade nacional, têm levado o país a uma dolorosa estagnação política, econômica e social.

Por ser a matéria de minha obrigatória reflexão acadêmica, creio que poderia ser estendida à reflexão geral, visto que hoje, mais do que nunca na sua História, o Brasil necessita que todos se debrucem sobre seus ciclóticos problemas.

